

Os nobres a serviço da realeza: os oficiais mores da Casa Real Portuguesa no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821)

GIOVANNA MILANEZ DE CASTRO¹

1. Introdução

Este artigo é resultado dos desdobramentos de uma pesquisa de mestrado em andamento, e que tem por objeto de estudo a Casa Real Portuguesa, estrutura sob comando do rei e que era responsável por cuidar e gerenciar seu âmbito doméstico. Tal espaço encontrava suas raízes no período medieval-tardio, porém nossa investigação busca compreendê-lo em um momento singular de sua existência: os anos de 1808 a 1821 quando, no governo do regente lusitano D. João, a Casa Real emigrou com a realeza para o Brasil, estabelecendo-se na cidade do Rio de Janeiro. No âmbito do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH optamos por focar um dos muitos aspectos desvelados pela pesquisa sobre a Casa Real Portuguesa nos trópicos: os cargos mais destacados dela, chamados de cargos maiores (mores). Desejamos perceber quais eram os cargos mores da Casa do rei para este período e, nesse caminho, listar quem atuou neles no intervalo dos anos 1808 a 1821 na cidade do Rio de Janeiro. Ainda com esta abordagem, procuraremos desvelar um pouco daquilo que competia a essa instituição régia.

2. A Casa Real Portuguesa: uma estrutura e seus oficiais a serviço dos reis lusitanos

Primeiramente se faz necessário definir o que era a Casa Real. Tal definição perpassa não apenas a bibliografia, mas também (e principalmente) as fontes. Como ponto de partida, é preciso definir ‘Casa Real’ como ‘a casa do rei’. Uma definição do dicionário setecentista de Raphael Bluteau revelou que, por ‘Casa’, se entendia “Casa.Moveis.Criados, &c.”. ‘Criado’, como também colocou Bluteau, era um servo, ou seja, servia ao seu chefe. O dicionário também revelou a definição daquilo que

¹ Mestranda em História na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Pesquisa orientada pela Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (Departamento de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Investigação desenvolvida com auxílio de bolsa de pesquisa da CAPES.

habitava essa casa, a ‘Família’: “as pessoas de que se compõem uma casa, pais, filhos e domesticos”. Ao tentar resgatar um significado de época do que seria essa Casa Real, acaba-se por encontrar a definição de outro vocábulo, ‘Corte’: “O lugar aonde reside o rei, assistido dos Oficiais, e Ministros da casa Real” (BLUTEAU, 1728: Vols. 2 e 4). Uma outra acepção, também do século XVIII, apontou que essa mesma expressão era utilizada para nomear o complexo espacial, doméstico e de governo do rei (CUNHA, 2006: 36). O historiador Pedro Cardim, ao tomar ‘Corte’, e outros vocábulos para estudo, assim definiu o que era a Casa Real:

Na segunda metade do século XVII, a palavra ‘corte’ denotava, antes de mais nada, a morada, o local de residência do rei e dos seus familiares mais próximos, ou seja, a rainha, sua mulher, o príncipe e os infantes seus filhos. No entanto, e para além disto, esta palavra traduzia igualmente o complexo de relações de serviço que se materializavam na chamada ‘Casa Real’, que incluía: os diversos membros da família real, os ‘criados’, quer dizer, os servidores, que, de certa forma, co-habitavam na casa do rei; os oficiais, isto é, os que exerciam um determinado serviço no espaço doméstico da Casa (CARDIM, 2002).

A conclusão a que se pode chegar é que a Casa Real Portuguesa era uma estrutura formada por uma série de criados (ou oficiais) que cuidava, organizava e regulamentava a vida privada e doméstica do soberano, atuando nos mais diversos âmbitos de sua vida cotidiana. Pertencia ao soberano, como aquele que exercia o ofício régio, a autoridade máxima sobre tal estrutura. Seu principal espaço de atuação era o local onde residia o monarca: como visto acima, em sua casa, ou sua Corte, já que falar em ‘Corte’ significava fazer menção ao complexo sistema de serviços que aconteciam dentro da casa do monarca, desempenhados por pessoas que o serviam no governo de sua Casa, da qual ele era o grande senhor.

As pesquisas têm nos indicado que no âmbito do serviço privado ao soberano é possível detectar uma série de cargos, desempenhados por pessoas das mais diversas condições sociais. Dentro da Casa Real existia uma divisão dos ofícios em dois grandes grupos: no primeiro deles estavam os chamados cargos maiores da Casa Real (ou cargos mores), e no outro se concentrava o restante de cargos, inclusive os que eram considerados serviços mecânicos. Segundo Pedro Cardim esta era uma divisão mais ou

menos precisa (pois parecia colocar, em um bloco, os cargos maiores e, em outro, o restante), mas extremamente utilizada para se definir o oficialato régio (CARDIM, 2002: 22).

Os cargos mores da Casa Real eram aqueles que gerenciavam áreas vitais dessa estrutura, e geralmente estavam ocupados com a chefia dos setores que compunham a domesticidade régia. Em outras palavras, eles eram os cargos máximos da Casa, cujas funções colocavam seus detentores em constante contato com as instâncias maiores do governo dela, especialmente com seu senhor: o rei. Pela importância de tais funções, esses eram ofícios ocupados pela alta nobreza do reino, as grandes figuras da Corte régia, detentores dos títulos nobiliárquicos (marqueses, condes, viscondes). Tal formato de ocupação era algo enraizado na Casa Real há muito tempo, e uma norma tradicional extremamente seguida: prova disso são os ramos de famílias nobres que por gerações detiveram, como uma espécie de direito adquirido e passado pelos reis, a ocupação de cargos mores dessa estrutura doméstica.

Os ofícios superiores da Casa Real portuguesa constituíam, desde um longínquo passado, um terreno nobiliárquico por excelência e (...) um dos redutos mais cristalizados das velhas casas dos Grandes. Embora fossem reputados, até na própria época, de ofícios hereditários, eram-no apenas quando doados de juro e herdade. (...) A maior parte dos ofícios antigos da Casa Real foi detida com bastante continuidade ao longo da dinastia Bragantina por casas de Grandes ou outras antigas elevadas à Grandeza (...) (MONTEIRO, 2003: 532)

Ocupar um ofício de alto escalão na casa do rei era algo conquistado pela qualidade do nascimento, pelo pertencimento a uma família de antiga nobreza, há muito presente na Corte régia. Garantir a continuidade desses importantes ofícios dentro da família era meta para muitos nobres: era uma questão de manutenção de *status*, de reforço de uma posição social, das garantias de proteção vindas da realeza e da própria honra da família. Traços típicos de uma relação em que imperava a chamada cultura de serviço ao rei, o servir ao monarca para manter-se junto a ele e sua esfera de atuação (CARDIM, 2002: 48-49).

Para os ofícios superiores da Casa Real (...) o recrutamento fazia-se, fundamentalmente, com base na antiguidade e na nobreza da família de onde provinham os que desejavam servir o rei. Além disso, uma boa parte dos ofícios da Casa eram hereditários, sendo transmitidos de pai para filho ou para um outro parente próximo. (...) Para a sensibilidade da época, a transmissão hereditária dos ofícios era encarada como a recompensa adequada para a virtude da família que há muito servia a Coroa com manifesta fidelidade (CARDIM, 2002: 45-46)

No segundo escalão do oficialato da Casa Real estavam, pode-se assim dizer, os oficiais que não eram mores. Nesse meio um tanto indefinido podia-se esperar a presença de pessoas em condições sociais variando desde uma posição mediana até estratos mais baixos da pirâmide social portuguesa. Ser um oficial menor significava ter um raio de atuação curto e mais específico em algum setor da Casa, e estar subordinado a um oficial mor: estes últimos sim, de maior graduação, tinham atribuições muito mais amplas. A atuação de muitos oficiais pequenos da Casa Real estava vinculada à realização de um serviço mecânico, de atuação braçal. Em troca disso os oficiais menores esperavam o recebimento de um ordenado, um pagamento em troca de seus serviços: algo totalmente diferente do que esperavam os oficiais mores, para os quais o trabalho puramente desempenhado por dinheiro era tido por indigno (CARDIM, 2002: 48).

É possível visualizar que esta estrutura incumbida do serviço doméstico ao soberano estava imersa e contaminada pela própria estrutura social de uma monarquia típica do Antigo Regime. Pensando numa pirâmide social o topo estava ocupado, por assim dizer, pelos expoentes máximos da Corte régia e do Clero, desempenhando os cargos mores. Conforme se analisa as camadas mais baixas dessa escala também se descende na própria organização social do reino, encontrando um grande conjunto de indivíduos atuando como oficiais menores. Fica claro, portanto, a importância da Corte no desempenho das mais elevadas funções da Casa, pois dela provinham os oficiais mais destacados da domesticidade régia, os oficiais mores.

Anteriormente, quando analisamos alguns vocábulos históricos, a palavra ‘corte’ surgiu para indicar a morada do rei, onde ele era assistido pelos oficiais e ministros da Casa Real. Também foi colocado que ‘corte’ era o local onde se materializava um complexo de relações de serviços (a Casa Real). No dicionário de Raphael Bluteau, o

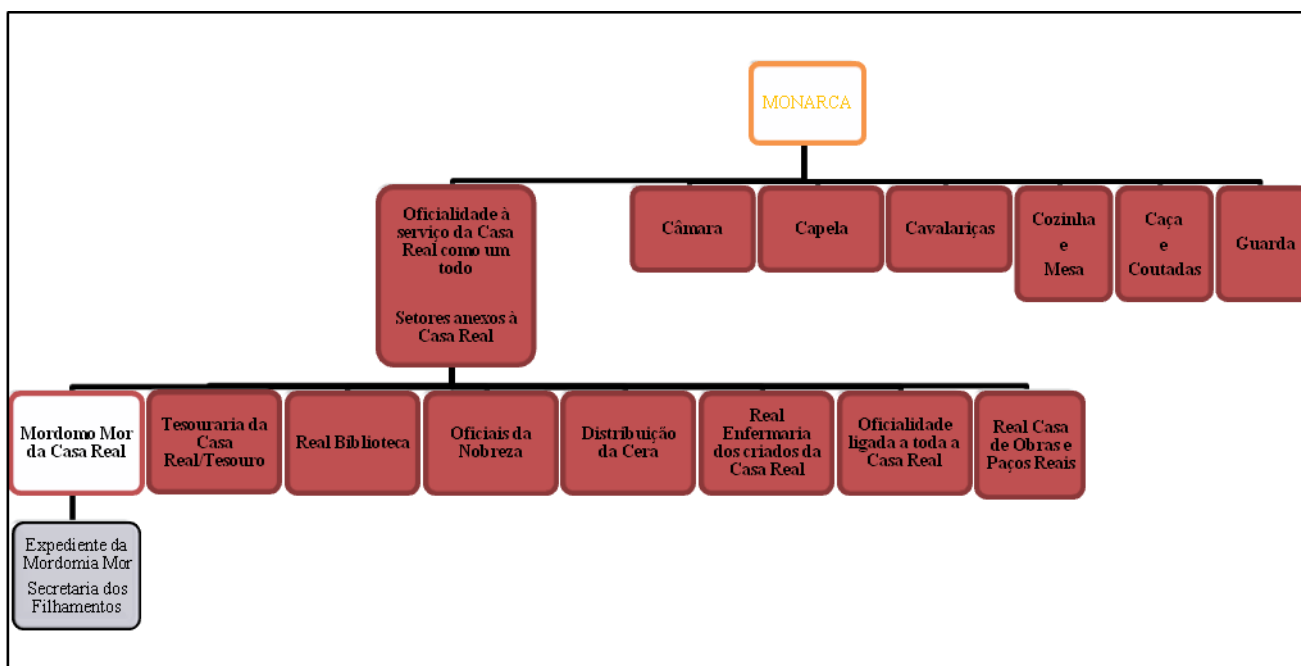
vocábulo ‘corte’, numa mistura com a palavra ‘real’, expressava outro significado: “significa o Palácio Real, ou como lhe chamamos *Corte Real*, e todo aquele magnífico composto da família, cortesãos, e grandezas de um Príncipe”. Ora, por ‘família’, como visto, entendia-se não apenas os parentes diretos, mas também os oficiais que desempenhavam as funções domésticas. O vocábulo ‘cortesão’ assim se expressava nesse dicionário setecentista: “Homem nobre, que segue a corte, servindo, ou assistindo à pessoa Real” (BLUTEAU, 1728: Vol. 2). Aliando todos esses vocábulos pode-se concluir que a Corte era o espaço onde o rei estava/ habitava, rodeado por parentes diretos e por um grupo de pessoas que o servia e/ou o seguia, que estavam ao seu redor e que, por essa proximidade, eram chamados de cortesãos.

3. A Casa do rei no Rio de Janeiro, os cargos mores e seus detentores: constatações das atuais investigações

O foco da nossa pesquisa de mestrado é perceber a Casa Real Portuguesa enquanto instalada e em funcionamento no Rio de Janeiro, em consequência da transferência e permanência da Família Real na cidade entre os anos de 1808 a 1821. Dentre todos os aspectos que estão sendo apreendidos em nossas investigações decidimos destacar para esta apresentação no Simpósio Nacional de História da ANPUH – e para este artigo – quais eram os cargos mores em funcionamento na Casa Real instalada no Rio de Janeiro desse período. Com esse enfoque, temos o intuito de indicar alguns aspectos: a ocupação destes cargos por membros da principal nobreza lusitana (Condes, Viscondes, Marquesses, etc – os titulares), as principais áreas que compunham o serviço ao rei em sua domesticidade – os setores da Casa Real - e um pouco do que se fazia na Casa do rei sediada nos trópicos.

Para esta abordagem nos utilizamos grandemente de itens, descobertas e abordagens que vem sendo apreendidas com o avanço dos estudos do mestrado. Há que se destacar, por exemplo, que para chegar à listagem de quais eram os cargos mores em funcionamento no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821 foi preciso fazer recuos temporais em nossa pesquisa para entender esta Casa Real e sua composição quando do início da dinastia bragantina e, também, às vésperas da vinda da Família Real para o Brasil. Foram esses recuos, os diálogos com os estudos de pesquisadores do assunto - como

Pedro Cardim (CARDIM, 2002) e Mafalda Soares da Cunha (CUNHA, 2000) – e a consulta a diversas fontes que nos permitem vislumbrar as continuidades e mudanças nessa estrutura régia que se mostrou tão longeva em nossas análises (remontando a períodos tardo-medievais²). Nesse caminho está aquilo que definimos como os setores da Casa Real Portuguesa. A amplitude do serviço doméstico ao soberano e a multiplicidade das atividades e ofícios que eram desempenhados ali nos levaram a definir para a Casa do rei de 1808 a 1821 uma divisão em setores, definidos pelo tipo de serviço desempenhado. Nossas constatações nos levaram à construção de um



organograma sobre a Casa Real instalada no Rio de Janeiro no período de 1808 a 1821: reproduzimos abaixo a estrutura definidora desse instrumento, com as áreas centrais que foram identificadas por nossas pesquisas.

Parte do organograma “Ofícios que compunham a Casa Real ao longo de sua estada no Rio de Janeiro (1808-1821) de acordo com a documentação do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)”, que está sendo desenvolvido por nossa pesquisa de mestrado. Enfocamos aqui o início do organograma com as divisões e setores que definimos a partir de nossos estudos. Abaixo disso viriam os ofícios em si, tanto mores quanto medianos e menores.

A percepção dos cargos mores na Casa Real instalada no Rio de Janeiro desse período veio da leitura e cruzamento de informações de alguns conjuntos documentais utilizados na pesquisa de mestrado. Em primeiro lugar destacamos a documentação que

² Vale destacar que as atividades da Casa Real Portuguesa tiveram seu fim junto ao término da própria monarquia constitucional lusitana, em 1910.

estamos utilizando como base: os papéis do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) constantes no fundo “Casa Real e Imperial – Mordomia Mor”. Eles espelham a instituição ao longo do tempo em que ela esteve no Rio de Janeiro, e foram produzidos no âmbito do funcionamento dela. Com os códices e a documentação avulsa desse fundo foi possível obter informações sobre os cargos mores e quem os ocupou ao longo dos treze anos em que a realeza permaneceu no Brasil. Depois – e na busca de complementações, confirmações e novas informações – nos apoiamos em edições de dois importantes periódicos anuais da época publicados, respectivamente, no Rio de Janeiro e em Lisboa: o *Almanach do Rio de Janeiro* (edições de 1811, 1816 e 1817) e o *Almanach de Lisboa para o anno* (edições de 1812, 1814, 1817 e 1820). Ambas as publicações tinham o mesmo objetivo: marcar em suas páginas listagens que mostrassem quais eram, naquele determinado ano, as pessoas envolvidas com a realeza e o governo régio nos mais variados espaços. Dentre essas listagens estão aquelas que nos interessam: as que traziam os nomes dos detentores dos cargos principais e medianos da Casa Real Portuguesa.

O cruzamento das informações dos três conjuntos documentais analisados revelou um grupo de vinte e sete ofícios mores para a Casa Real no intervalo dos anos de 1808 a 1821. Porém constatamos que nem todos os detentores destes cargos estavam junto a D. João no Rio de Janeiro: a grande maioria havia permanecido em Portugal, especialmente na cidade de Lisboa. A fonte que mais permitiu essa percepção foi o *Almanach de Lisboa para o anno*, já que uma das características desse tipo de publicação era indicar quem ocupava um determinado cargo e onde essa pessoa morava. Nas edições analisadas desse periódico aqueles que estavam servindo a Casa Real no Rio de Janeiro eram indicados como residentes na cidade (e se estivessem em Portugal também era indicada a cidade de morada). Caso residissem em Lisboa, vinha indicado o seu bairro (em alguns casos, há até a rua com o número da casa). Tal percepção nos ajudou a entender por que a documentação do Arquivo Nacional não mostrava esses cargos mores: no funcionamento diário da Casa no Rio de Janeiro esses ofícios não estavam presentes. Afirmamos que eles existiam no quadro dessa instituição, mas seus detentores estavam fora da Corte joanina.

Esta constatação é de suma importância para a pesquisa de mestrado em andamento, que atualmente se ocupa em entender esse aspecto “residual” da Casa Real que ficou em Lisboa sem seu senhor, o rei. Assim, decidimos abordar com mais

detalhes nesse artigo apenas os cargos mores que apareceram descritos na documentação do Arquivo Nacional e nas edições do *Almanach do Rio de Janeiro*, e para o restante faremos apenas uma breve indicação. Dessa forma conseguiremos refletir aqui aspectos do alto escalão da domesticidade régia enquanto no Rio de Janeiro entre os anos de 1808 a 1821.

Os vinte e sete cargos mores da Casa Real para o período (e indicados pelos três conjuntos documentais analisados) são: Alferes Mor, Almirante Mor, Almotacé Mor, Aposentador Mor, Armeiro (ou Armador) Mor, Capelão Mor, Capitães da Guarda, Chanceler Mor do Reino, Cirurgião Mor do Reino, Corregedor do Crime da Corte e Casa, Correio Mor, Copeiro Mor, Coudel Mor, Couteiro Mor, Esmoler Mor, Estribeiro Mor, Físico Mor, Gentis Homens da Câmara de D. João, Meirinho Mor, Mestre Sala, Monteiro Mor, Mordomo Mor, Porteiro Mor, Provedor da Real Casa de Obras e Paços Reais, Reposteiro Mor, Trinchantes e Vedor da Casa Real. De todos eles, apenas os ofícios de Almotacé Mor, Aposentador Mor, Armeiro (ou Armador) Mor, Capelão Mor, Capitães da Guarda, Chanceler Mor do Reino, Cirurgião Mor do Reino, Corregedor do Crime da Corte e Casa, Copeiro Mor, Couteiro Mor, Esmoler Mor, Estribeiro Mor, Físico Mor, Gentis Homens da Câmara de D. João, Mordomo Mor, Porteiro Mor, Provedor da Real Casa de Obras e Paços Reais e Vedor da Casa Real estavam presentes no Rio de Janeiro, segundo a documentação do Arquivo Nacional e as edições do *Almanach do Rio de Janeiro*.

Seguem abaixo explicações mais detalhadas desses cargos em funcionamento na Casa Real em solo carioca. Com a ajuda de definições da época encontradas no dicionário de Raphael Bluteau (BLUTEAU, 1728) iremos definir qual era a função desses cargos, dando mostras dos tipos de atividades que eram desenvolvidas na Casa Real por essa época, e a qual setor de atividade o dado ofício pertencia/chefiava. Ao mesmo tempo, iremos indicar quais eram os detentores dos ofícios do alto escalão da Casa de acordo com as informações recolhidas na documentação do Arquivo Nacional e do *Almanach do Rio de Janeiro*.

- **Almotacé Mor:** também chamado de Almotacel Mor, tinha por função prover o lugar onde a Corte estivesse instalada (não se pode esquecer que a itinerância e as jornadas eram aspectos correntes na vivência da realeza e, por conseqüência, dos cortesãos). A necessidade de prover se referia aos mantimentos necessários e

também à boa manutenção e conservação do local onde a realeza e seu séquito estivessem: “toca-lhe mandar limpar as ruas, refazer os caminhos, pontes e calçadas (...)” (BLUTEAU, 1728: Vol. 1). Segundo a documentação do Arquivo Nacional, esse ofício foi ocupado à época em questão pelo Visconde de Asseca.

- **Aposentador Mor:** este cargo mor da Casa Real precisava cuidar para que um determinado lugar que fosse receber o rei (fosse dar pousada a ele) estivesse de acordo com o esperado para seu hóspede e toda sua comitiva. Ele deveria partir para o referido lugar antes da chegada do monarca, e prevenir a população e as instalações locais sobre a vinda do soberano e solucionar dúvidas e problemas que se apresentassem (BLUTEAU, 1728: Vol. 1). A documentação do Arquivo Nacional indicou o funcionamento do cargo no Rio de Janeiro, mas sem maiores informações sobre o detentor. Pelas edições do *Almanach do Rio de Janeiro* é possível detectar como ocupante do cargo D. Francisco de Almeida e Castro nos anos de 1816 e 1817.
- **Armeiro (ou Armador) Mor:** era o nobre responsável pelas “armas da pessoa real” (BLUTEAU, 1728: Vol. 1). Além disso, tinha jurisdição para nomear nas cidades e vilas do reino aqueles que seriam responsáveis pelas armas em suas localidades. O *Almanach do Rio de Janeiro* revelou que em 1816 e 1817 ocupava este ofício D. Duarte da Costa de Souza e Macedo.
- **Capelão Mor:** este ofício presidia um setor específico da Casa Real Portuguesa, a Capela Real, responsável pelo trato da domesticidade régia no que tocava à religião. Dentro desse setor, o Capelão Mor era o mais alto prelado, responsável por presidir as cerimônias religiosas e cuidar das matérias da religião dentro da Casa Real. Tanto a documentação do Arquivo Nacional quanto o *Almanach do Rio de Janeiro* colocaram como detentor deste ofício o Bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho.
- **Capitães da Guarda Real:** a pessoa do rei, por sua importância, precisava ser guardada. Para tal função a Casa Real contava com um setor específico, o da Guarda. Segundo a documentação, esse corpo de proteção ao rei contava três

com tropas numa espécie de subdivisão, todas elas comandadas por um Capitão: a Guarda dos Archeiros, a Guarda Real Portuguesa e a Guarda Real Alemã. Pela lógica, portanto, haveria três Capitães da Guarda Real. A documentação do Arquivo Nacional nos permitiu vislumbrar dois Capitães em exercício no Rio de Janeiro neste intervalo dos anos de 1808 a 1821: o Marques de Bellas (Capitão da Guarda Real dos Archeiros) e o Conde de Resende (Capitão da Guarda Real Portuguesa). Já as edições do *Almanach do Rio de Janeiro* apontaram (sem especificar qual a guarda que capitaneavam) os nomes do Marques de Bellas e do Conde do Pombeiro como atuantes nos anos de 1811, 1816 e 1817.

- **Chanceler Mor do Reino:** cabia ao Chanceler Mor do Reino verificar se todos os papéis que passavam pela Chancelaria Mor (uma repartição do governo régio) estavam em conformidade com as normas e leis portuguesas. Não foi possível localizar este ofício nem seu detentor na documentação analisada do Arquivo Nacional, mas o *Almanach do Rio de Janeiro* indicou a funcionalidade deste cargo no período analisado, e o detentor era o Desembargador Thomas Antonio de Villanova Portugal.
- **Cirurgião Mor do Reino:** Cirurgião, segundo definição de época, é o profissional que exercita a arte da cirurgia (BLUTEAU, 1728: Vol. 2). Não encontramos definição específica para o ofício de Cirurgião Mor, mas arriscamos dizer que se tratava de um oficial que tinha sob sua alçada gerenciar e supervisionar a arte da cirurgia no reino luso. Pelas edições do *Almanach do Rio de Janeiro* verificamos que nos anos de 1811 e 1816 esse ofício era exercido no Rio de Janeiro pelo Dr. José Correa Picanço.
- **Corregedor do Crime da Corte e Casa:** De acordo com o dicionário de Bluteau, o Corregedor era um ministro colocado em comarcas, para comandar em matéria de justiça as vilas da região (BLUTEAU, 1728: Vol. 2). Ao que tudo indica o corregedor que atuava na comarca em que estava sediada a Corte (e, por consequência, a Casa Real) levava o nome de Corregedor do Crime da Corte e Casa. A documentação do Arquivo Nacional e do *Almanach do Rio de Janeiro* nos indicou que o cargo foi ocupado pelos seguintes oficiais ao longo do

intervalo 1808-1821(em sequência): Francisco Lopes, Antonio Filippe Soares de Andrade Brederode e José Albano Fragozo.

- **Copeiro Mor:** Este oficial, alocado junto ao setor da Casa Real responsável pela Cozinha e Mesa do rei, era responsável pela administração da copa (BLUTEAU, 1728: Vol. 2). Competia também a ele dar de beber ao monarca, experimentando primeiro o líquido e depois servindo ao rei. Segundo o *Almanach do Rio de Janeiro* serviu este ofício, em 1816, D. Nuno José de Souza e Menezes e, em 1817, o Conde de Villaflor.
- **Couteiro Mor:** Esse oficial da Casa Real tinha consigo a chefia de um setor da Casa Real responsável pelas coutadas (os terrenos régios mantidos para a prática da caça) e pelas atividades que envolviam a prática da caça pela realeza. É preciso frisar que a caça era uma prática tradicionalmente relacionada com a nobreza. A documentação da Casa Real constante no Arquivo Nacional traz algumas indicações de que esse ofício pertencia ao Conde das Galveas.
- **Esmoler Mor:** Junto ao Capelão Mor, este ofício também compunha a cúpula do setor da Casa Real denominado Capela Real. A função do Esmoler Mor era a de distribuir as esmolas e caridades que eram dadas pelo soberano (BLUTEAU, 1728: Vol. 3). Segundo a documentação do Arquivo Nacional este cargo foi ocupado no Rio de Janeiro pelo religioso Frei Joze de Moraes e, em seus impedimentos, por seu sobrinho Frei Joze Doutel.
- **Estribeiro Mor:** o Estribeiro Mor era o oficial responsável por outro setor da Casa Real considerado por nós, o das Cavalariças (ou Estrebarias) Reais. “É o ofício a cuja ordem estão os cavalos, coches e liteiras da Casa Real, e a gente que serve neste ministério. Acompanha a ElRei, calça-lhe as esporas, ajuda-o a se por a cavalo e apear-lhe; quando ElRei sai a cavalo, vai atrás dele, e se sai em coche, vai no estribo direito” (BLUTEAU, 1728: Vol. 3). A documentação do Arquivo Nacional indica por detentor do ofício de Estribeiro Mor o Marques de Vagos. Já as edições consultadas do *Almanach do Rio de Janeiro* indicam o mesmo marques no ano de 1811 e o Conde de Parati, em 1817.

- **Físico Mor:** Segundo Bluteau, Físico era aquele que “conhece a natureza; e propriedade das coisas”, podendo em muito ser equiparado aos médicos (BLUTEAU, 1728: Vol. 9). Assim como no caso do Cirurgião Mor, não há uma definição específica de época que dê conta do vocábulo “Físico Mor”, mas é possível indicá-lo como aquele oficial que supervisionava e orientava a atividade da Física e dos Físicos do reino. O *Almanach do Rio de Janeiro* indicou como detentor do ofício Manuel Vieira da Silva.
- **Gentis Homens da Câmara de D. João:** Raphael Bluteau indicou em seu dicionário setecentista que Gentil Homem é o mesmo que “Homem nobre de nascimento, que não deve a sua nobreza, nem ao ofício que exerce, nem ao alvará do príncipe. (...) Gentil Homem vem a ser o mesmo, que Homem Nobre (...)” (BLUTEAU, 1728: Vol. 4). Esses homens assistiam ao monarca dentro de outro setor da Casa Real, a Câmara (os aposentos régios). A documentação do Arquivo Nacional, pelo volume documental e também pelos diversos assuntos que são tratados, não nos fornece um conjunto completo de quem eram os Gentis Homens a serviço do rei no período, mas as edições do *Almanach do Rio de Janeiro* conseguiram fazer isso. Na edição de 1811 (ano em que D. João ainda era Príncipe Regente), os Gentis Homens da Câmara eram: Marques de Vagos, Marques de Torres Novas, Conde de Belmonte, Conde de Viana, Conde de Valadares, D. Miguel Antonio de Noronha. Em 1816 (ano em que ele já era rei), os Gentis Homens eram: Conde de Belmonte, Marques de Torres Novas, Conde de Valadares, Conde de Viana, Conde de Parati, Marques de Angeja, Marques de Alegrete, Marques de Bellas. Por fim, em 1817, os Gentis Homens de D. João VI eram: Conde de Belmonte, Marques de Torres Novas, Conde de Valadares, Conde de Viana, Conde de Parati, Marques de Angeja, Marques de Alegrete, Marques de Bellas, Conde dos Arcos.
- **Mordomo Mor:** “Entre os ofícios titulares da Casa Real, tem o primeiro lugar, e lhe estão sujeitos outros ofícios e criados, que por ordem sua são pagos (...) e são admitidos os vassallos a diferentes foros, e graus de nobreza do Paço dos reis” (BLUTEAU, 1728: Vol. 5). O Mordomo Mor era o principal ofício da Casa Real Portuguesa, e sob sua jurisdição estava o comando da Casa como um todo,

especialmente no que diz respeito aos pagamentos dos mais diversos oficiais que atuavam nela. Tinha também a chefia de outro departamento que consideramos anexo à Casa Real: a Secretaria dos Filhamentos, responsável pelo gerenciamento dos títulos de nobreza e fidalguia dados pelo rei no âmbito da Casa Real. Segundo a documentação do Arquivo Nacional (corroborada pelas edições do *Almanach do Rio de Janeiro*) serviram neste ofício os seguintes detentores: Conde e Marques de Aguiar (1808-1816), Conde da Barca (1817), Thomas Antonio de Villanova Portugal (1818-1821) e Ignácio da Costa Quintella (1821).

- **Porteiro Mor:** este oficial mor tinha a guarda de todas as portas do Paço régio, e jurisdição sobre outros porteiros. Serviu neste ofício na cidade do Rio de Janeiro (e segundo as edições do *Almanach do Rio de Janeiro*) o Conde de Belmonte.
- **Provedor da Real Casa de Obras e Paços Reais:** Este oficial Mor da Casa Real atuava na chefia de um setor que consideramos anexa a ela: o da Real Casa de Obras e Paços Reais. Ao Provedor cabia “mandar fazer todas as obras tocantes aos Paços, e mais obras que imediatamente tocam a ElRei, como casas de campo, fundações reais, etc. (...) Tem tribunal a que chamam Casa de Obras, e por alvará, passado em seu nome, provê todos os ofícios tocantes a ela” (BLUTEAU, 1728: Vol. 6). Segundo a documentação do Arquivo Nacional serviram neste ofício no período de 1808 a 1821 na cidade do Rio de Janeiro: Conde e Marques de Aguiar (1808-1816), Conde da Barca (1817), Thomas Antonio de Villanova Portugal (1818-1821) e Ignácio da Costa Quintella (1821).
- **Vedor da Casa Real:** “A seu cargo está a ordem de toda a cozinha e oficiais dela”. (BLUTEAU, 1728: Vol. 8). O Vedor da Casa Real era outro cargo principal do setor da Mesa e Cozinhas (junto ao Copeiro Mor). Cabia a ele a superintendência desse setor e o trato com todos os oficiais nela atuantes. Cabia a ele também a ordenação da mesa do rei, indicando pessoas para a compra de iguarias e para o preparo delas. Além disso, tinha função de examinar as iguarias que seriam servidas ao rei. Sabemos que em alguns casos o ofício de Vedor era desempenhado por mais de uma pessoa, e a Casa ficava então com Vedores.

Cruzando as informações da documentação do Arquivo Nacional com as edições do *Almanach do Rio de Janeiro* têm-se como detentores desse ofício (em diferentes épocas do intervalo analisado): Conde do Barreiro, D. Diogo de Souza, Marques de Valada e Conde do Redondo.

4. Conclusão

Acima indicamos que nossas intenções, ao falar dos cargos *mores* da Casa Real em funcionamento ao longo da estada da realeza no Rio de Janeiro (1808-1821), eram as de perceber a ocupação destes ofícios por membros da principal nobreza lusitana, as principais áreas que compunham o serviço do rei em sua domesticidade e um pouco do que se fazia na Casa do rei sediada nos trópicos. Com a abordagem destes ofícios do alto escalão da Casa foi possível atingir este intento.

Ao indicarmos os detentores destes ofícios no período citado percebemos a enorme presença de membros da nobreza lusitana, detentores dos grandes títulos de nobreza da hierarquia nobiliárquica. Vimos que muitos Condes e Marqueses atuavam junto ao soberano no Rio de Janeiro, provando aquilo que dissemos sobre a ocupação dos cargos da Casa Real: os do alto escalão (os *mores*) eram dados aos membros mais destacados da *entourage* régia. Além deles, percebe-se a presença de muitos indivíduos que tinham posse da dignidade de usar junto a seu nome o título de Dom, uma honraria considerável no período. Vemos também prelados religiosos importantes, como o Bispo do Rio de Janeiro e os Freis que ocuparam o posto de Esmoler Mor.

As pesquisas para o mestrado perceberam uma enorme conexão entre a Casa Real e a Corte Régia, pois a domesticidade régia e o serviço ao rei ocorriam em sintonia tanto com o espaço onde a Corte se desenrolava quanto com os cortesãos que a compunham. Em todo nosso estudo, a relação imbricada entre a Corte e a Casa Real foi levada em conta, e considerada um dos pontos principais desta investigação, pois compreendemos que o entendimento da Casa Real não pode escapar do entendimento da própria Corte régia e seus meandros.

Com a abordagem dos oficiais maiores da Casa Real também foi possível vislumbrar com mais detalhes os principais setores da Casa do rei que definimos, anteriormente, na tabela que aqui reproduz parte de nosso organograma. Atuando junto à Casa Real de forma geral (portanto, no setor do organograma a que chamamos de “Oficialidade a serviço da Casa Real como um todo/Setores anexos à Casa Real”) estariam os ofícios mores de Almotace Mor, Aposentador Mor, Armeiro (ou Armador) Mor, Chanceler Mor do Reino, Cirurgião Mor do Reino, Corregedor do Crime da Corte e Casa, Físico Mor, Porteiro Mor e Provedor da Real Casa de Obras e Paços Reais. As explicações de suas funções ajudam a entender o porquê de o termos colocado sob essa denominação: seus ofícios não se ligavam a um setor específico da Casa, a uma função específica, mas atuavam para a Casa Real como um todo. Depois, no setor denominado “Câmara” temos os Gentis Homens da Câmara (nesse caso, da Câmara do senhor da Casa Real, D. João). Em seguida, no setor “Capela Real”, tem-se os ofícios mores do Capelão Mor e do Esmoler Mor. Adiante, nas “Reais Cavalariças” tem-se o Estribeiro Mor. Depois, no setor responsável pela Cozinha e a Mesa, temos dois ofícios mores: o Vedor da Casa Real e o Copeiro Mor. Na área que tinha a jurisdição sobre a Caça e as Coutadas, o cargo mor era o do Couteiro Mor. Por fim, tem-se o setor responsável pela Guarda do rei, e os oficiais mores dela são os Capitães da Guarda. O ofício de Mordomo Mor, por sua preeminência dentro da Casa e por suas funções junto à Secretaria dos Filhamentos e a Mordomia Mor, foi colocado em destaque, mas ainda assim na área dos cargos ligados à Casa como um todo – aliás, esse é um cargo extremamente sugestivo dessa relação de serviço à Casa no geral.

A explicação dos cargos mores também permitiu que vislumbrássemos um pouco das atividades e práticas do serviço dentro da Casa Real. Foi possível perceber que as funções dos maiores oficiais espelhavam o que se fazia na Casa do rei como um todo, e sempre levando em conta a rotina que cercava a realeza. Isso fica claro especialmente nos setores “Câmara”, “Capela”, “Cavalariças”, “Cozinha e Mesa”, “Caça e Coutadas” e “Guarda”, afinal elas espelham “atividades fim”: o trato com os aposentos régios, com o cotidiano religioso do rei, com as questões de transporte e apresentação da realeza em público, com a alimentação, com a prática da caça e com a proteção.

Vemos, portanto, que é possível elencar uma série de aspectos sobre a Casa Real enfocando parte importante de sua criadagem: os cargos mores. As pesquisas de

mestrado têm descoberto não apenas esses ofícios da Casa do rei, mas também os medianos e menores. A junção de tudo isso é o que esta compondo nosso organograma, e nos mostrando a grandiosidade, complexidade e meandros dessa instituição régia tão importante a serviço dos reis lusitanos.

5. Bibliografia e Fontes

5.1. Fontes

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Fundo “Casa Real e Imperial Mordomia Mor”**
 - Códice 01, Vol. 01: Registro da Tesouraria da Casa Real (1809-1821)
 - Códice 265: Casa de Obras e Paços Reais
 - Códice 266: Mordomia Mor - Ordens Régias e imperiais e do Vice-Rei
 - Códice 570: Decretos relativos à nomeação de mestres, oficiais e mais funcionários da Casa Imperial (1807-1889)
 - Papéis avulsos - Caixa 1
 - Papéis avulsos - Caixa 2
 - Papéis avulsos - Caixa 3
 - Papéis avulsos - Caixa 12A : Capela Real

- ***Almanach do Rio de Janeiro***
 - *Almanack da corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Número 282, 1969.
 - *Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1816*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, s/d. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Brasileiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Número 268, 1965.

- *Almanach do Rio de Janeiro para o anno de 1817*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, s/d. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Número 270, 1966.

- ***Almanach de Lisboa para o anno***

- Biblioteca Nacional de Portugal (microfilme F5501)**

- *Almanach de Lisboa para o anno de 1812*.
 - *Almanach de Lisboa para o anno de 1814*. Lisboa: Na Typ. Da Academia Real de Sciencias, s/d.
 - *Almanach de Lisboa para o anno de 1817*.
 - *Almanach para o anno de 1820*. Lisboa: Na Of. de J.P.M de Campos, s/d.

- **Outras fontes**

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728 (8 v).

5.2. Bibliografia

- CARDIM, Pedro. “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: nº 13, 2002.
- CUNHA, Mafalda Soares da. “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões”. *Publicações CIDEHUS*. Évora: Universidade de Évora, 2003. P. 36. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/2187>, acessado em janeiro de 2015.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança 1560-1640: práticas sociais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.